Centralidade, competitividade e governança das cidades médias do Brasil

DOI: 10.54446/bcg.v14i2.3714

Diana Meirelles da Motta[1]; Cláudio Antônio Gonçalves Egler[2]; Ederson Nascimento[3]; Fernando Luiz Araújo Sobrinho[4]; Márcio Bruno Ribeiro[5]; Rodrigo Almeida de Arruda[6]

Resumo

O ensaio aborda os resultados do projeto "Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil", desenvolvido pelo IPEA. Este projeto analisa a centralidade, competitividade e governança dessas cidades, identificando tendências para subsidiar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, infraestrutura e gestão urbana. Os principais resultados incluem a identificação de 230 cidades médias no Brasil, classificadas por centralidade urbana e potencial competitivo. A análise enfatiza o papel estratégico dessas cidades na rede urbana nacional, evidenciando sua relevância no desenvolvimento econômico regional. O estudo seleciona 70 cidades como polos estratégicos para políticas públicas, considerando a divisão do Brasil em regiões geoeconômicas como o Centro-Sul, o Nordeste e a Amazônia. A avaliação da governança urbana revelou desigualdades regionais em infraestrutura, planejamento e condições urbanas, destacando a necessidade de modernizar a gestão municipal e aprimorar conexões regionais. O estudo propõe uma metodologia robusta que pode orientar investigações futuras sobre urbanização e políticas de desenvolvimento regional.

PALAVRAS-CHAVE: cidades médias, governança urbana, competitividade, planejamento urbano, desenvolvimento regional.

1 Pesquisadora visitante na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; coordenadora técnica do Projeto. E-mail: dmmotta@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0001-5616-5889.

2 Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. E-mail: cgler@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1801-6663.

3 Professor Associado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. E-mail: ederson.nascimento@uffs.edu.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3697-5200.

4 Professor Associado do Departamento de Geografia, e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília - UnB. E-mail: flasobrinho@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1815-8677.

5 Técnico de Planejamento e Pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, e coordenador institucional do Projeto. E-mail: marcio.ribeiro@ipea.gov.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0002-9743-9679.

6 Estatístico e economista. E-mail: rodrigo.arruda14@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0003-7893-1286.

Introdução

O objetivo do ensaio é apresentar, de forma sucinta, os principais resultados alcançados pelo projeto de pesquisa *Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil*[7], desenvolvido no âmbito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tendo como base três relatórios publicados (Motta et al., 2022a; 2022b; 2024). O estudo está sendo atualizado à luz do censo demográfico de 2022, com publicação prevista para 2025.

O projeto teve como principal objetivo apresentar quadro de referência para subsidiar políticas públicas em cidades médias do Brasil e identificar suas tendências de desenvolvimento, visando ao aumento da competividade e da produtividade urbana, mediante a promoção de investimentos em infraestrutura e em outras áreas estratégicas, e da melhoria da governança urbana, capazes de promover o aumento da competitividade urbana e o desenvolvimento urbano e regional sustentável. Visou também contribuir para a definição de estratégias de apoio à formulação e à execução de políticas públicas necessárias à superação dos problemas socioeconômicos, do desenvolvimento urbano, e do uso e da gestão territorial, mediante o aperfeiçoamento de instrumentos urbanísticos, territoriais e ambientais.

O projeto insere-se nos estudos sobre a rede urbana do Brasil (MOTTA; EGLER, 2024) tendo como referencial os trabalhos "Crescimento das Cidades Médias" (MOTTA; DA MATTA, 2008), publicado na edição nº 1 do Boletim Rural, Urbano e Ambiental do IPEA, e "Dinamismo das Cidades Médias" (MOTTA; DA MATTA, 2010).

Na pesquisa, realiza-se a identificação do universo de cidades médias, abordando as dimensões regional e urbana nas regiões geoeconômicas da Amazônia, Nordeste e Centro-Sul, bem como a caracterização da dinâmica econômica e demográfica, e do sistema urbano das cidades médias, além da indicação daquelas com maiores graus de centralidade urbana e potenciais de competitividade. Essa análise integrada resultou na seleção de setenta cidades consideradas estratégicas, indicadas para fins de orientação de políticas públicas. Ainda, são apontados alguns resultados da análise da governança urbana compreendendo o padrão espacial da área urbanizada, condições urbanas e finanças municipais.

No âmbito do planejamento territorial, o projeto também se insere no contexto do Plano Nacional de Ordenação do Território, de competência da União, determinado pela Constituição Federal (art. 21, IX) (BRASIL, 1988), consoante com os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional[8] (PNDR), de consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional e do país.

7 Projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, entre 2020 e 2023, cuja equipe, além dos autores deste texto, contou também com a participação de Nilo Luiz Saccaro Júnior e Bolívar Pêgo (técnicos de planejamento e pesquisa do IPEA).

8 Decreto nº 11.962 de 22 de março de 2024 (BRASIL, 2024).

Os estudos sobre cidades médias têm adquirido especial relevância, tanto para a pesquisa científica como para as políticas de desenvolvimento socioeconômico e territorial. As cidades médias constituem elos dos espaços urbano e regional (STEINBERGER; BRUNA, 2001), apresentando área de influência própria e se relacionando com centros urbanos externos a sua própria rede de cidades. Essas cidades ocupam papéis estratégicos na rede urbana ao estabelecerem ligações entre espaços urbanos e regionais, exercendo funções de intermediação nas relações de produção e consumo e, com isso, desenvolvendo centralidades regionais articuladas (SPOSITO, 2001; CORRÊA, 2006).

A ligação urbano-regional das cidades médias confere-lhes a função de centros estratégicos da rede de cidades, uma vez que capitalizam as vantagens da sua "situação geográfica" (SILVEIRA, 1999) e do elevado grau de desenvolvimento do seu aparelho produtivo, articulando-se, assim, com o espaço regional (STEINBERGER; BRUNA, 2001).

Referencial conceitual e metodologia

Divisão macrorregional e diferenciação escalar das cidades médias

Tendo em vista os diferenciais da formação socioespacial e da rede de cidades no território brasileiro, estabeleceu-se como referencial espacial para identificação das cidades médias a *divisão macrorregional do Brasil em três regiões geoeconômicas* – adaptando-se a concepção original de Geiger (1964) de complexos geoeconômicos para coincidir com os limites estaduais atuais: *Amazônia*, correspondente à região geográfica Norte, com acréscimo do estado de Mato Grosso, devido às suas características naturais e orientação geoeconômica; *Nordeste*, com os nove estados da região geográfica homônima, e; *Centro-Sul*, abrangendo o restante do país (regiões geográficas sul e sudeste, mais os estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, além do Distrito Federal).

Com o objetivo de refletir as transformações e a dinâmica recente da urbanização no território brasileiro, a presente pesquisa utiliza estudo do IBGE (2015) ao considerar duas escalas de urbanização para identificação de cidade média, revelando as relações econômicas e sociais intrínsecas a esse processo: *município isolado e arranjo populacional* (AP).

Município isolado corresponde aos espaços em que a área urbanizada (e a própria dinâmica intraurbana) fica predominantemente circunscrita aos limites de um único município. O arranjo populacional é definido como agrupamento de dois ou mais municípios onde existe uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre manchas urbanizadas do município, constituindo concentração urbana intermunicipal indissociável como unidade urbana, cuja integração justifica considerá-lo como um único nó da rede urbana

Nos arranjos populacionais, a proximidade e a contiguidade dos centros urbanos, confere melhor representatividade ao fenômeno urbano, revelando, também, as novas tendências da economia de aglomeração e desconcentração das atividades produtivas para as demais cidades de menor porte. A atual configuração dos arranjos populacionais mostra a interdependência das relações interurbanas e a conexão territorial. A conurbação é uma das formas de identificação destes arranjos, extrapolando os limites político-administrativos nacionais e internacionais e estabelecendo vínculos socioeconômicos.

Tipologia das áreas urbanizadas

O estudo define uma tipologia das áreas urbanizadas refletindo as características funcionais, demográficas e geoeconômicas da rede urbana do Brasil, tendo como referências estudos do IBGE (2015; 2020) e da OCDE (OECD, 2012), que padronizou uma tipologia de cidades utilizando recorte demográfico e territorial factível para efetuar comparações entre áreas urbanas de diferentes contextos nacionais.

A partir da análise funcional do sistema urbano e das características demográficas das redes urbanas regionais, adotou-se aqui a seguinte tipologia das áreas urbanizadas do Brasil: *grande área metropolitana, área metropolitana, cidade média e cidade pequena*. Essa tipologia foi adotada atendendo aos seguintes critérios funcionais e recortes demográficos para os centros integrantes da rede urbana:

- Papel na rede urbana do Brasil, refletindo as características funcionais dos centros urbanos (IBGE, 2020).
- Características funcionais e espaciais das estruturas urbanas no contexto das três regiões geoeconômicas do Brasil, sendo considerados: ritmo de urbanização, nível de adensamento da rede de cidades e grau de complementaridade dos centros urbanos componentes.
- Os seguintes recortes demográficos, considerando a agregação dos arranjos populacionais – inclusive os arranjos populacionais internacionais – e os municípios isolados constantes na "Regiões de Influência das cidades" – REGIC 2018 (IBGE, 2020): população igual ou superior a 3 milhões de habitantes (grande área metropolitana); população inferior a 3 milhões e igual ou superior a 700 mil habitantes (área metropolitana); população inferior a 700 mil habitantes e superior ou igual a 100 mil habitantes, para o Centro-Sul; população inferior a 700 mil habitantes e superior ou igual a 75.000 habitantes, para a Amazônia e Nordeste (cidade média), e; população até 100 mil habitantes para o Centro-Sul e para a Amazônia, e para o Nordeste, população até 75 mil habitantes (cidade pequena).

Critérios para a definição de cidades médias

No âmbito das políticas públicas, os critérios para a definição de cidades médias, dada a relevância de suas funções na rede urbana regional e nacional, consideram aspectos demográficos e locacionais. Nesse entendimento, o estudo adota a tipologia "cidade média" considerando a análise integrada referente ao tamanho populacional e as funções dos centros urbanos no sistema urbano regional.

Nesses termos, cidade média é definida a partir do seu papel e características na rede urbana considerando a REGIC 2018 (IBGE, 2020), a dinâmica da urbanização das três regiões geoeconômicas do Brasil - (Amazônia, Nordeste e Centro-Sul) e as estruturas urbanas espaciais que as caracterizam segundo ritmo de urbanização, nível de adensamento da rede de cidades e grau de complementaridade e articulação dos centros urbanos componentes.

Do ponto de vista territorial, o estudo também considera como referencial populacional para a identificação de cidade média as médias concentrações urbanas compostas por arranjos populacionais e municípios isolados (IBGE, 2015) – com ajustes no tamanho populacional – visando adequá-lo às características da rede urbana no âmbito de cada região geoeconômica.

Para a identificação do universo das cidades médias do estudo, foram considerados os seguintes critérios:

a) *Centralidade: hierarquia e papel na rede urbana do Brasil, refletindo suas características funcionais*: a hierarquia e o papel na rede urbana, conforme a pesquisa REGIC 2018 do IBGE (2020), expressa a importância e o alcance territorial da cidade média e o número de municípios subordinados, identificados em sete categorias da rede urbana: capital regional B, capital regional C, centro sub-regional A, centro sub-regional B, centro de zona A, centro de zona B e centro local;

b) *Tamanho populacional*: foram adotados dois recortes populacionais: população inferior a 700 mil habitantes e igual ou superior a 100 mil habitantes, para o Centro-Sul; e população inferior a 700 mil habitantes e igual ou superior a 75.000 habitantes, para Amazônia e Nordeste. O tamanho populacional foi adotado a partir de análise articulada e adequada às características demográficas e funcionais da rede urbana das regiões geoeconômicas;

c) *Características funcionais e espaciais das estruturas urbanas no contexto das três regiões geoeconômicas do Brasil*: as características funcionais e espaciais das estruturas urbanas – que se diferenciam por: i) ritmo de urbanização; ii) nível de adensamento da rede de cidades; e iii) grau de complementaridade dos centros urbanos componentes – são determinantes para identificar cidades médias, especialmente quando são considerados posição geográfica, função e nível de adensamento na rede urbana regional, identificando cidades com diferentes posições na hierarquia urbana;

d) *Arranjos populacionais, inclusive os internacionais, e municípios isolados integrantes da REGIC 2018*: nesta classificação, foram consideradas as concentrações urbanas, os arranjos populacionais e os municípios isolados que atendem ao critério populacional do estudo. Para os arranjos internacionais fronteiriços foi adotada apenas a população da cidade brasileira.

e) Não integrar arranjo populacional de área metropolitana conforme a tipologia das áreas urbanizadas adotada pelo estudo.

Assim, a pesquisa considerou a tipologia "cidade média" no contexto da rede urbana do Brasil, valendo observar que, dada a relevância funcional no sistema urbano regional e nacional, foram analisados, de forma integrada, os critérios demográficos e sua situação geográfica no contexto das regiões geoeconômicas. Nesse entendimento, a cidade média é definida considerando o seu papel e características na rede urbana, a dinâmica da urbanização na região em que situa (Amazônia, Nordeste, Centro-Sul) e as estruturas urbanas espaciais que as caracterizam (MOTTA *et al*., 2022a).

No total, foram identificadas 230 cidades médias – com área de influência próprias, distância relativa às metrópoles e aglomerações urbanas, e em processo de expansão da sua área de influência. Essas cidades são constituídas por 93 arranjos populacionais (e seus municípios integrantes) e 137 municípios isolados, totalizando 461 municípios.

Sistema urbano das 230 cidades médias e avaliação segundo a centralidade

A análise do sistema urbano foi realizada a partir da análise da rede urbana regional e da configuração das regiões de influência as cidades (IBGE, 2020), sendo também utilizada para a avaliação das cidades segundo a centralidade. A seleção das cidades médias segundo a centralidade foi realizada a partir de uma metodologia que enfoca as transformações territoriais ocorridas a partir de oito vetores de análise e quanto à *dinâmica na hierarquia urbana e região de influência, dinamismo demográfico e econômico, fluxos e infraestrutura regional, e centralidade na gestão empresarial, gestão pública, saúde e educação*, reunindo dezesseis indicadores. Para tanto, foi utilizado o método estatístico de "Análise de Componentes Principais" (ACP)[9], com a identificação de *ranking*. Foi adotada, posteriormente, uma matriz de critérios que considerou a posição da cidade média como polo de articulação e integração regional, função de apoio à desconcentração e ao fortalecimento da rede urbana a partir do seu desempenho na indústria, na agropecuária e nos serviços (Quadro 1).

9 Técnica da estatística multivariada que consiste em transformar um conjunto de variáveis originais em outro conjunto de variáveis de mesma dimensão denominadas de componentes principais. Essa técnica possibilita a redução da correlação entre os indicadores e a redução da massa de dados, assegurando a qualidade de informação.

Quadro 1. Fases e atividades da metodologia de identificação da centralidade

Fase	Atividades
1	Avaliação de indicadores da REGIC 2018 Seleção de oito vetores de análise e dezesseis indicadores
2	Matriz de correlação e ACP/*ranking*
3	Análise dos resultados do *ranking* segundo os seguintes critérios: a) polo de articulação e integração regional; b) polo de região geográfica (intermediária ou imediata) c) função de apoio à desconcentração e ao fortalecimento da rede urbana (VAB da indústria, VAB da agropecuária, zona de expansão da agropecuária, centralidade na saúde e educação), e; d) Premissas do estudo: selecionar, pelo menos, uma cidade média por estado e por arco de fronteira terrestre

Organização própria.

Avaliação da competitividade

Para a avaliação da competitividade das cidades médias brasileiras, optou-se por utilizar três vetores analíticos: *economia e finanças, inovação e logística*. Os vetores são o ponto de partida para a construção de um sistema de indicadores capaz de avaliar a competitividade potencial das cidades médias brasileiras. Para a construção desse sistema, partiu-se de base de dados georreferenciada composta por variáveis selecionadas para os 461 municípios do conjunto das cidades médias formadas por arranjos populacionais e municípios isolados. As variáveis foram, a seguir, agregadas nas 230 cidades médias, a fim de permitir o cálculo dos indicadores definidos para cada vetor de competitividade. Complementarmente, foi realizada a análise dos componentes principais de modo a consolidar a seleção das cidades médias, segundo os vetores de competitividade territorial[10].

A partir da análise entre centralidade e competitividade, foram selecionadas 70 cidades médias consideradas estratégicas para análise e orientação de políticas públicas, compreendendo o estudo da governança.

Governança das cidades médias

Nessa fase do projeto, as análises foram efetuadas em duas etapas, sendo a primeira baseada em dados quantitativos das 70 cidades, e a segunda, quali-quantitativa, contemplando estudos de casos (32 cidades). A seguir sintetiza-se as atividades realizadas e as dimensões de análise em ambas as etapas[11] (Quadro 2).

10 No relatório 2 do projeto (MOTTA *et al*., 2022b) são apresentadas as listas de variáveis e indicadores utilizados em cada um dos vetores de análise da centralidade e da competitividade das cidades médias, bem como descrição detalhada dos procedimentos metodológicos empregados.

11 A metodologia completa desenvolvida para a análise da governança é apresentada no relatório 3 do projeto, recém-publicado (Motta *et al*., 2024).

Quadro 2. Fases e atividades da metodologia da governança das cidades médias

Fase	Atividades e dimensões de análise
I	*Análise geral das cidades médias (70) selecionadas para fins de políticas públicas* (análise baseada em dados quantitativos) i) expansão urbana; ii) condições urbanas (habitação, saneamento e pobreza); iii) base econômica, pobreza e capacitação profissional; iv) finanças municipais: indicadores fiscais
II	*Análise específica: estudos de caso - 32 cidades* (análise quali-quantitativa, baseada em dados quantitativos e cartográficos, e em respostas a questionários enviados às prefeituras municipais) Quatro dimensões de análise: i) padrão espacial da área urbanizada e expansão urbana (2015-2019); ii) planejamento territorial e instrumentos de gestão, considerando estrutura operacional e técnica para o planejamento urbano, grau de eficácia do planejamento urbano e instrumentos de política urbana; iii) base institucional, condições urbanas (incluindo habitação, saneamento, meio ambiente e risco) e articulação intermunicipal; iv) participação da sociedade, transparência e tecnologia da informação

Principais resultados

Cidades médias: configuração territorial e sistema urbano

A análise da configuração territorial e do sistema urbano das cidades médias mostra a concentração dessas cidades na região Centro-Sul (126 cidades), com predominância em estratos elevados da hierarquia urbana, sendo capitais regionais B e C e centro sub-regional A. A região geoeconômica Nordeste concentra cerca de metade do número de cidades médias encontradas no Centro-Sul (62). No Nordeste, esses centros urbanos se concentram predominantemente em estratos inferiores da hierarquia urbana: centros sub-regionais A e B e centros de zona A. Já a Amazônia, região geoeconômica caracterizada por vazios demográficos e grande extensão territorial, apresenta o menor número de cidades médias em comparação as demais regiões, com 42 cidades, e com concentração de cidades com características similares ao Nordeste quanto à tipologia hierárquica (Tabela 1).

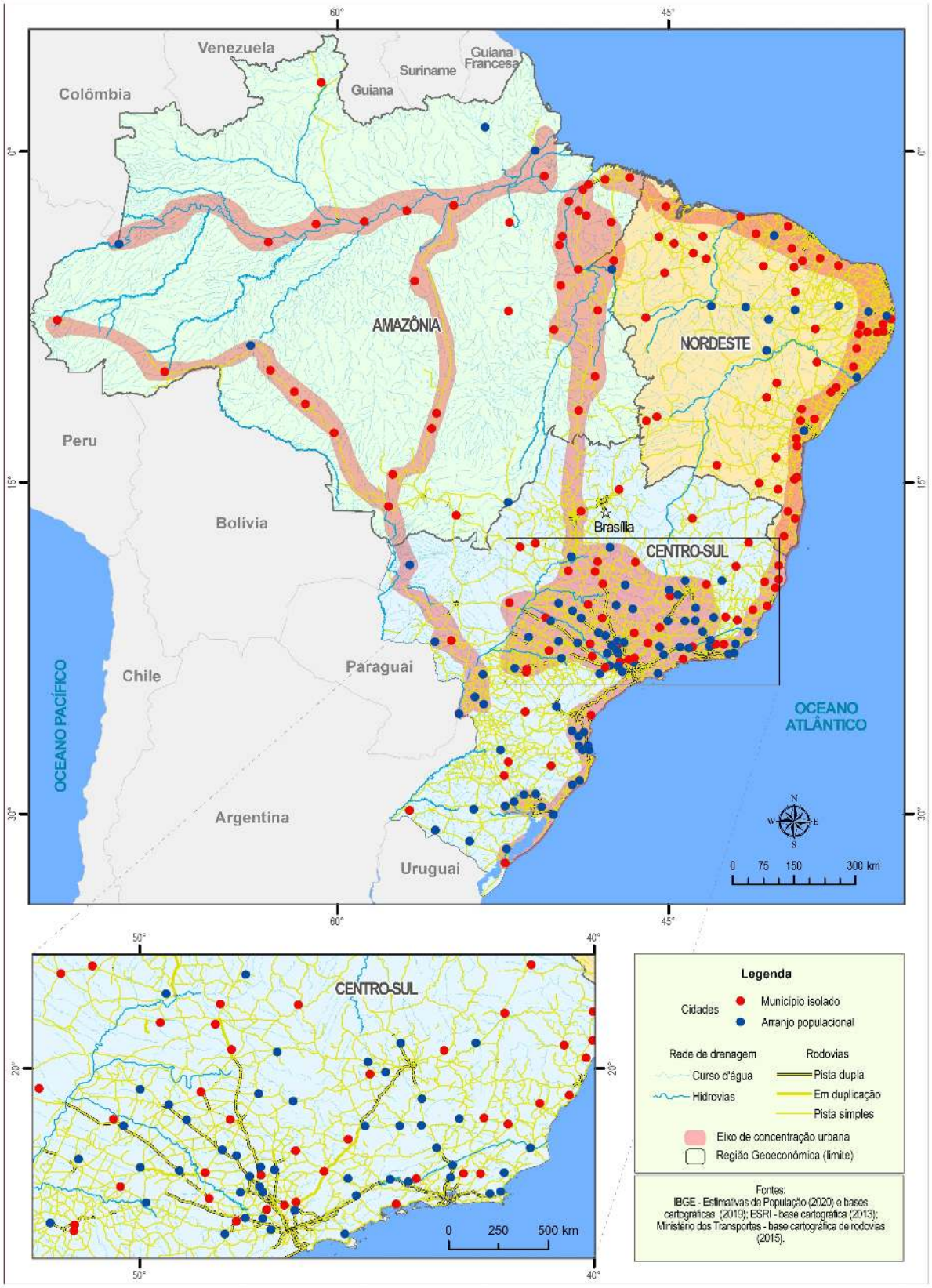
Tabela 1. Brasil: cidades médias segundo faixas de população e níveis de centralidade na rede urbana

	Região Geoeconômica			
Faixa de população	**Centro-Sul**	**Nordeste**	**Amazônia**	**Total**
75 mil a 100 mil	2	30	12	**44**
100 mil a 250 mil	85	24	23	**132**
250 mil a 500 mil	28	5	5	**38**
500 mil a 700 mil	11	3	2	**16**
Total	**126**	**62**	**42**	**230**
Nível hierárquico	**Centro-Sul**	**Nordeste**	**Amazônia**	**Total**
Capital regional B	14	5	2	**21**
Capital regional C	39	10	11	**60**
Centro sub-regional A	41	18	8	**67**
Centro sub-regional B	31	23	12	**66**
Centro de zona A	1	3	2	**6**
Centro de zona B	-	1	1	**2**
Centro local	-	2	6	**8**
Total	**126**	**62**	**42**	**230**

Elaboração: autores (2022).

As porções territoriais com maiores concentrações de cidades médias situam-se: i) na região Centro-Sul, especialmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; ii) ao longo da costa brasileira, com maior densidade no Centro-Sul e no Nordeste; iii) no eixo rodoviário partindo do Centro-Sul em direção ao norte do país, formando um arco à oeste acompanhando os limites fronteiriços do Brasil; iv) ao longo do eixo rodoferroviário na porção central do país, partindo do Centro-Sul em direção ao norte (BR-163); v) seguindo o eixo rodoviário da BR-153, entre Goiás, Tocantins e porção oriental do Pará), e, vi) no eixo hidroviário do rio Amazonas, desde o Pará, articulando o leste do Amazonas, até a tríplice fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru, no rio Solimões (Figura 1).

Figura 1: Brasil, cidades médias: distribuição e principais eixos e áreas de concentração

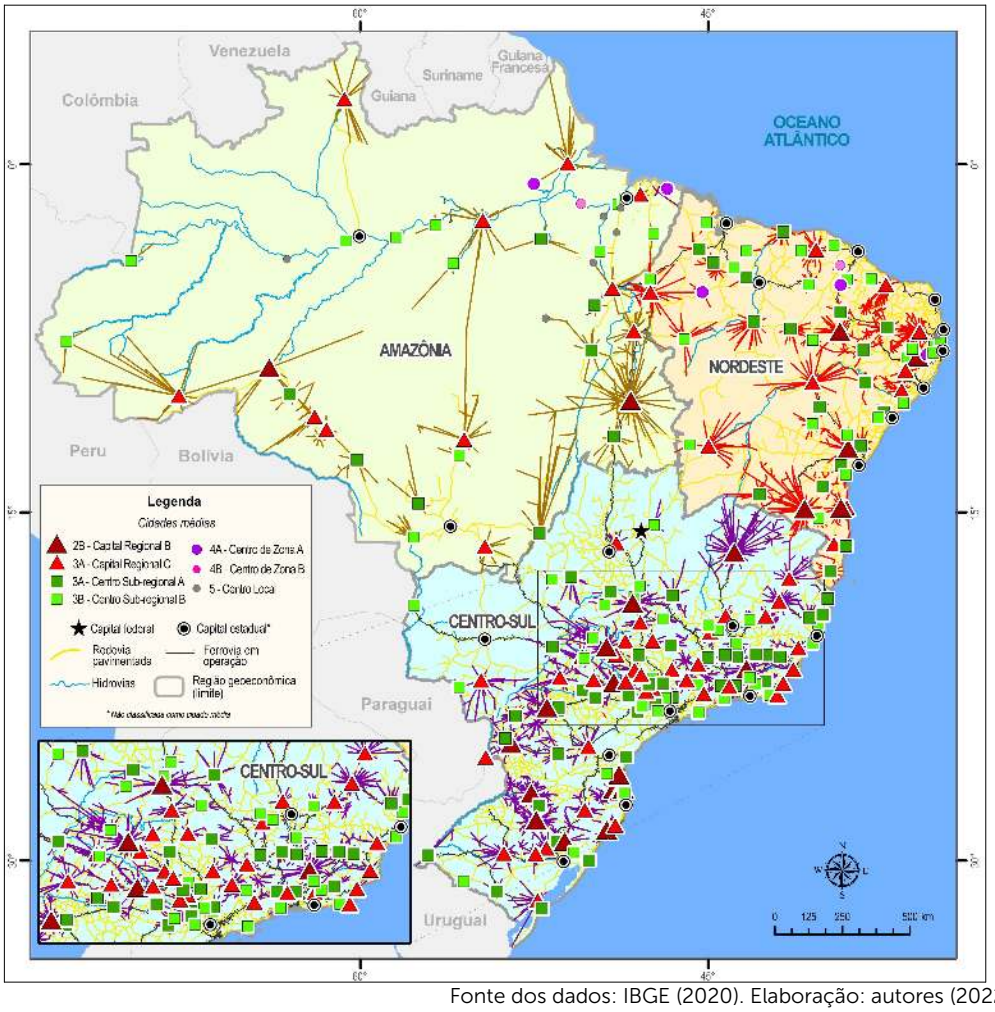


Elaboração: autores (2022).

A análise da espacialização das cidades médias e de suas regiões de influência mostra a diversidade na rede de cidades e na composição e morfologia das áreas polarizadas pelas mesmas (NASCIMENTO; MOTTA; ARAÚJO SOBRINHO, 2023). Em geral, nas porções do território brasileiro onde a rede urbana é mais articulada, as cidades médias estendem sua influência sobre um conjunto menor de cidades. Essa configuração urbana está mais presente em áreas da região geoeconômica Centro-Sul: na maior parte dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como na metade sul de Minas Gerais, centro-sul de Goiás, litoral e Vale do Itajaí em Santa Catarina, e no Rio Grande do Sul, entre Caxias do Sul a leste e Santa Cruz do Sul a oeste, próximo à Região Metropolitana de Porto Alegre.

De outra parte, cidades médias localizadas em outras áreas articulam regiões com extensões variadas. Entretanto, é nessas áreas do país em que estão localizadas as regiões com maiores dimensões em termos de número de cidades, refletindo a maior abrangência territorial das capitais regionais tipo B e C. Exemplos disso são as cidades de Palmas (TO), na Amazônia, Campina Grande (PB) e Vitória da Conquista (BA), no Nordeste, bem como Passo Fundo (RS) e Chapecó (SC), no Centro-Sul (Figura 2).

Figura 2. Brasil: sistema urbano, hierarquia e regiões de influência das 230 cidades médias



Fonte dos dados: IBGE (2020). Elaboração: autores (2022).

Cidades médias: análise da centralidade

Por centralidade entende-se a capacidade do centro urbano para fornecer bens, serviços e equipamentos urbanos e comunitários para a sua população e sua área de influência, constituindo-se polo de atração regional.

Na análise da centralidade das cidades médias, as cidades da Amazônia e do Nordeste apresentaram maior destaque na hierarquia urbana (posição na rede urbana) e dinamismo demográfico e, em alguns casos, nos serviços, especialmente, saúde e educação, seguido pelo indicador de dinamismo econômico. Nas cidades médias da expansão da agropecuária na Amazônia, especialmente nos estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso, e no Nordeste (cerrado nordestino) apresentaram melhor desempenho do PIB per capita e do valor adicionado bruto (VAB) da agropecuária. No caso do Centro-Sul, as cidades médias apresentaram bons resultados praticamente em todos os indicadores, destacando-se, em relações às demais regiões, no dinamismo econômico e na centralidade na gestão empresarial.

Quanto ao dinamismo demográfico (variação da população entre 2010 e 2020), as cidades que mais se destacaram foram: na Amazônia, Boa Vista (RR), Araguaína (TO), Porto Velho (RO), Macapá (AP), Marabá (PA), Rio Branco (AC), Sorriso e Sinop (MT); no Nordeste, o AP de Petrolina (PE)/Juazeiro (BA) e Caruaru (PE), e, no Centro-Sul, Três Lagoas (MS), Presidente Prudente (SP), além dos APs catarinenses de Chapecó e Itajaí-Balneário Camboriú.

Quanto ao desempenho e dinamismo econômico das áreas urbanizadas[12] entre os anos 2010-2018, constatou-se que as cidades médias e as pequenas foram as que aumentaram sua participação relativa no PIB. Atualmente, as primeiras tem seu fortalecimento evidenciado pelo processo de desconcentração da produção e da população no território nacional. Enquanto as grandes áreas metropolitanas e as áreas metropolitanas estão perdendo participação no PIB nacional no mesmo período (queda de 2,6% e 0,3% respectivamente), as cidades médias estão ampliando sua participação na mesma magnitude, com aumento de 0,3%. A avaliação forneceu evidências sobre o processo de transferência de produção das maiores cidades do país para as médias cidades.

Quanto ao dinamismo na hierarquia urbana – cidades que subiram de posição hierárquica no período 2007-2018 (IBGE, 2008; 2020) –, entre as cidades médias melhor posicionadas situam-se o AP internacional fronteiriço de Tabatinga (AM) e Letícia (Colômbia), e cidades do Mato Grosso e do Pará. Nos indicadores de centralidade na gestão pública, saúde e educação, destacaram-se capitais estaduais (Macapá, Boa Vista, Rio Branco, Porto Velho e Palmas). Além disso, as cidades que apresentaram melhor desempenho na expansão da agropecuária, fluxos e infraestrutura regional (aeroportos e transporte terrestre) são as voltadas para os setores agropecuário e mineral nos estados de Rondônia (Porto Velho), Mato Grosso

12 Para esta análise comparativa, adotou-se tipologia das áreas urbanizadas compreendendo, além de *cidade média*, as classes: *grande área metropolitana, área metropolitana e cidade pequena*.

(Sinop, Sorriso e Rondonópolis), Tocantins (Palmas), Pará (Marabá) e Amapá (AP de Laranjal do Jari/Almeirim) e, no Nordeste, as cidades de Balsas (MA) e Barreiras (BA).

No Centro-Sul, as cidades médias revelaram melhor desempenho nos indicadores de dinamismo econômico (período 2010-2018) devido ao avanço nos serviços modernos (financeiros, tecnologia da informação, e outros), PIB per capita municipal, valor adicionado bruto (VAB) da agropecuária, VAB da indústria e VAB de serviços. São exemplos cidades médias dos estados de Goiás (Anápolis, Catalão e Rio Verde), Minas Gerais (Pouso Alegre e Araxá), Espírito Santo (Colatina), Mato Grosso do Sul (Três Lagoas e Dourados) e Rio Grande do Sul (Rio Grande). Outras cidades também se destacaram no dinamismo da hierarquia urbana e área de influência, em Goiás (Jataí), Mato Grosso do Sul (Rondonópolis), São Paulo (Presidente Prudente, Franca e São Carlos), Paraná (Ponta Grossa) e Santa Catarina (Chapecó). Fortalecendo a dinâmica econômica, parte dessas cidades também apresentaram bom desempenho na gestão empresarial, fluxos e infraestrutura regional (aeroportos e transporte terrestre) e centralidade na saúde e educação.

Cidades médias: competitividade territorial

A avaliação da competitividade territorial – considerada como a capacidade de oferecer um ambiente atrativo e sustentável para empresas e residentes viverem e trabalharem – teve os seguintes resultados principais:

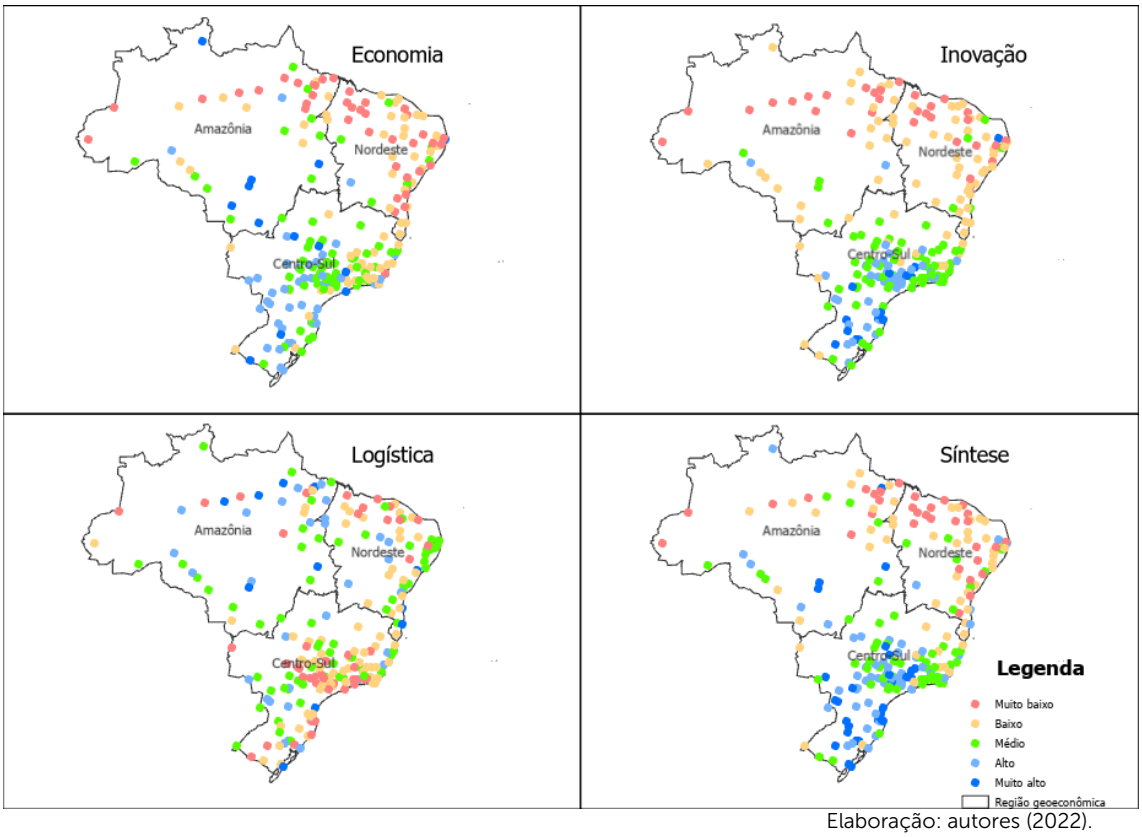
I. com respeito ao vetor analítico *economia e finanças*, a expressiva concentração no Centro-Sul, principalmente em São Paulo, Paraná e em Minas Gerais, com Uberlândia. Destaca-se também a importância do agronegócio nos estados de Mato Grosso (Sinop, Sorriso, Rondonópolis), Tocantins (Palmas) e Rondônia. No Nordeste destacou-se Goiana, em Pernambuco;

II. a concentração da *inovação* no Centro-Sul: São Carlos (SP), Lavras e Itajubá (MG), Chapecó (SC), Caxias do Sul e Bento Gonçalves (RS). Chama a atenção também o destaque que assume Campina Grande (PB), no Nordeste;

III. a visível importância do sistema portuário na *logística*, com rápida expansão na Amazônia, notadamente no Pará (Barcarena, Santarém e Itaituba) e Mato Grosso (Sorriso), que está assumindo papel de destaque no sistema de armazenagem e transporte de grãos e minérios.

Os cartogramas exibidos a seguir (Figura 3) apresentam a distribuição espacial das cidades médias classificadas pelos vetores economia e finanças, logística e infraestrutura e inovação, calculados a partir de variáveis normalizadas (entre 0 e 1), além de um índice sintético dos três vetores analíticos de competitividade mencionados.

Figura 3. Brasil: classificação das cidades médias segundo os índices de competitividade

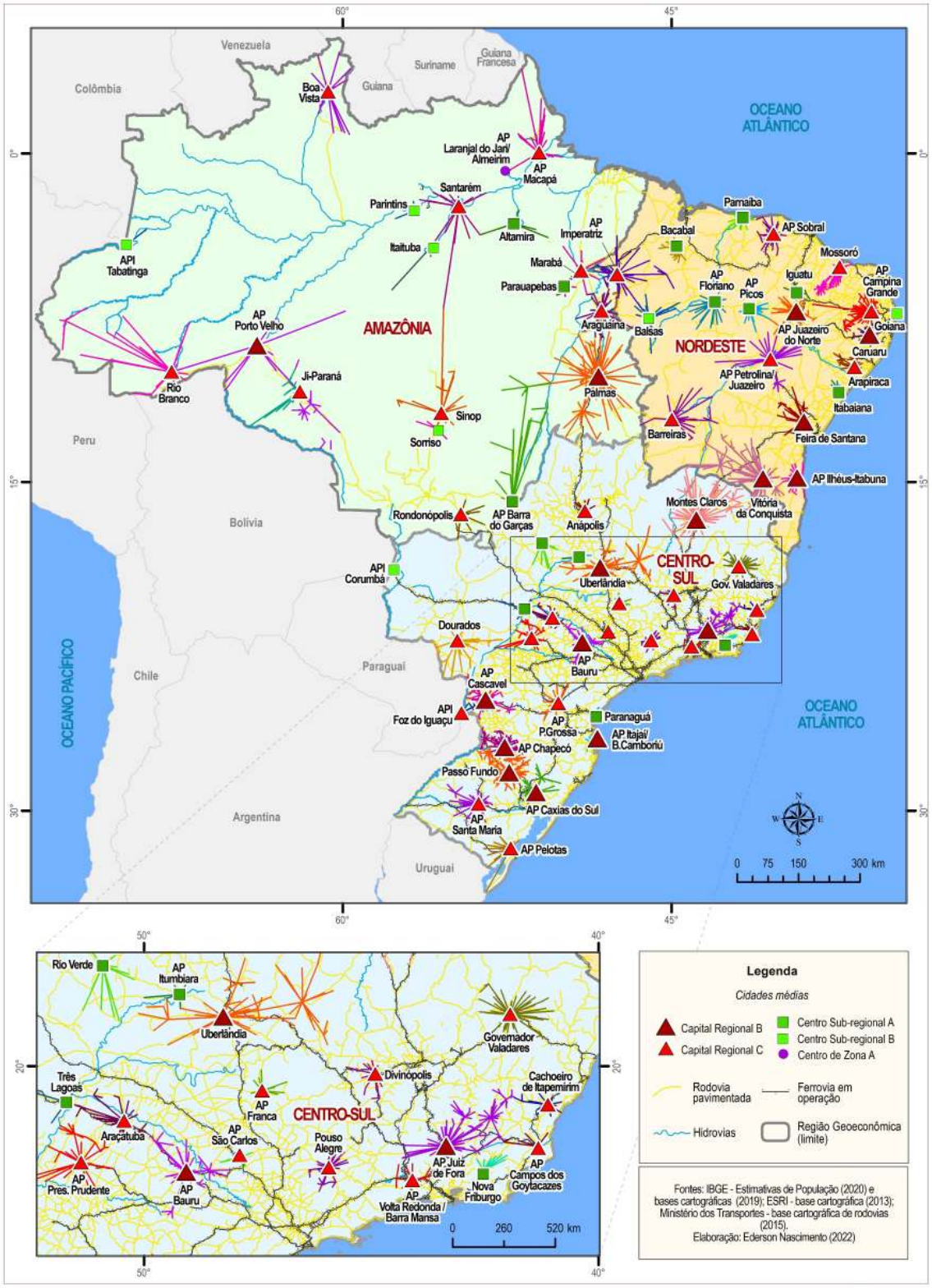


Elaboração: autores (2022).

Cidades médias selecionadas para políticas públicas

A análise integrada entre centralidade e competitividade resultou na seleção final de 70 cidades, incluindo arranjos populacionais e cidades "isoladas", sendo 19 na Amazônia, 20 no Nordeste e 31 no Centro-Sul (Figura 4). Essas cidades constituem polos de articulação e integração regional e quadro de referência para fins de políticas públicas, com vistas a consolidar um sistema de cidades de apoio à desconcentração e ao desenvolvimento.

Figura 4. As 70 cidades médias selecionadas: localização, situação na rede urbana e respectivas regiões de influência



Elaboração: autores (2022).

Avaliação da governança das cidades médias

A governança urbana pode ser compreendida como o conjunto de diferentes formas de atuação de atores sociais (indivíduos e instituições, públicas e privadas) que planejam e administram os assuntos urbanos em um processo contínuo em que os interesses conflitantes ou diversos podem ser acomodados e as ações cooperativas podem ser tomadas (GSDRC Applied Knowledge Services, 2016). Uma boa governança urbana é orientada para resultados e promove os direitos de todas as pessoas, garantindo que todos os residentes urbanos colham os benefícios da urbanização. Por outro lado, uma governança deficiente resulta na precária prestação de serviços públicos, com elevados custos para os cidadãos e os setores público e privado, bem como na proliferação de estruturas informais onerosas e inseguras de serviços, equipamentos urbanos e comunitários, e na ocupação precária do solo urbano.

A avaliação da governança urbana das cidades médias, como já apontado, envolveu a análise das 70 cidades selecionadas, e também, dentre essas, 32 estudos de caso.

A *avaliação geral do conjunto das setenta cidades médias selecionadas*, inicialmente, revelou um quadro bastante heterogêneo no que tange ao *crescimento demográfico* no período 2010-2022, considerado com distintos ritmos segundo as regiões geoeconômicas, em que é possível verificar que existem cidades ganhadoras e perdedoras de população em todas as regiões.

Na Amazônia, as cidades situadas ao longo de rodovias e com atividade voltada para a produção agropecuária e mineral apresentaram expressivo incremento demográfico, casos, por exemplo, de Sorriso e Sinop (MT), e Parauapebas (PA); já as cidades na calha do rio Amazonas, como Parintins (AM), e o AP de Laranjal do Jari (AP) e Almeirim (PA) perderam habitantes. No Nordeste, o AP de Petrolina (PE) / Juazeiro (BA) mostra o dinamismo do sertão irrigado, enquanto Ilhéus-Itabuna apresentam o declínio do litoral cacaueiro no sul da Bahia. No Centro-Sul destaca-se o crescimento dos APs de Itajaí-Balneário Camboriú e de Chapecó, ambos em Santa Catarina. Por outro lado, os APs de Volta Redonda-Barra Mansa e de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, mostram fraco dinamismo quanto ao crescimento populacional.

Na análise das *finanças municipais* foram calculados oito indicadores de natureza fiscal para as setenta cidades médias, buscando compará-las quanto às magnitudes e estruturas das receitas, das despesas e do endividamento da administração pública municipal. De modo geral, as cidades do Centro-Sul apresentaram os melhores desempenhos, enquanto as do Nordeste e da Amazônia, com algumas exceções (caso de Rio Branco) apresentaram os mais baixos resultados relativos. Os APs de Bauru (SP) e Itajaí-Balneário Camboriú apresentaram os melhores resultados – para os indicadores de arrecadação tributária (alto), participação das receitas de transferências (baixa) e despesa com saneamento (alto), além de bons resultados para a despesa com urbanismo (alto), no caso do primeiro, e

endividamento (baixo), no caso do segundo. O AP de Cascavel (PR) também esteve entre as cidades com os melhores resultados comparativos para os indicadores de arrecadação e participação das transferências, despesa com habitação, e endividamento, apesar dos baixos valores relativos para as despesas com urbanismo e saneamento.

Quanto à *expansão urbana*, verificou-se, no conjunto das 70 cidades selecionadas, que existe relação direta entre a população residente e a área urbanizada, havendo correlação estatística (0,806) entre as duas variáveis. É importante assinalar que para essas cidades, o crescimento populacional implica em expansão da área urbanizada. Isto pode ser explicado pela migração para as cidades médias em busca de trabalho e melhores condições de vida, e o desenvolvimento de indústrias e comércios que atraíram trabalhadores e consumidores. As maiores adições de área urbanizada no período 2015-2019 foram no Nordeste, com 58,15% em Feira de Santana e 50,95% em Juazeiro do Norte, destacando-se, também, o AP de Petrolina-Juazeiro com 35,94% em seu conjunto. No Centro-Sul, os municípios de Itajaí e Balneário Camboriú, conjuntamente, registraram percentual elevado (46,27%).

A *análise dos 32 estudos de caso* tratou da urbanização, do planejamento territorial e da gestão das cidades médias, enfatizando, além da análise espacial, o planejamento urbano e seus instrumentos de gestão, condições urbanas e base institucional.

Quanto ao *padrão espacial da área urbanizada*, considerando os 32 estudos de caso, e questionário enviado às prefeituras municipais, as cidades da Amazônia, no seu conjunto, apresentaram o maior percentual de favelas e comunidades urbanas em relação ao número total de domicílios, especialmente nas capitais Macapá (AP) e Porto Velho (RO), seguidas das cidades do Nordeste – à exceção de Juazeiro (BA) e Itabaiana (SE). A região Centro-Sul, de modo geral, apresentou percentuais muito baixos ou inexistentes (à exceção de Cachoeiro do Itapemirim (ES). Outros percentuais baixos, que não alcançam 1% do total de domicílios, foram registrados em Sinop (MT) (0,4%), na Amazônia; Arapiraca (0,3%) e Parnaíba (0,5%) no Nordeste, e; em Balneário Camboriú (0,3%) no Centro-Sul.

Em relação à análise do *planejamento territorial e instrumentos de gestão*, realizada a partir das respostas ao questionário encaminhado às prefeituras, pesquisou-se sobre a atualização dos planos diretores municipais, sendo que dos 32 estudos de caso, a maioria (27 municípios) encontram-se atualizados ou em fase de elaboração.

A avaliação de *eficácia do planejamento urbano* mostra que, no âmbito dos estudos de caso, o maior impacto para a baixa eficácia reside, igualmente, na existência de aglomerado subnormal em zona rural e/ou em áreas de proteção ambiental, e na falta de infraestrutura logística (19 cidades), seguidos pela deficiência na informatização para o planejamento urbano (18 cidades). Nessa avaliação, também foi destacado, como fator de ineficácia, o plano diretor - com baixo grau de

atendimento das propostas - e também deficiência na informatização e falta de infraestrutura física e logística no órgão de planejamento urbano municipal. No primeiro caso encontram-se, por exemplo, capitais da Amazônia: Porto Velho, Boa Vista e Palmas; no Nordeste, as cidades de Imperatriz (MA), Crato (CE), Juazeiro do Norte (CE) e Juazeiro (BA); e, no Centro-Sul, apenas Ponta Grossa (PR). No segundo caso encontram-se Boa Vista (RR) e Sinop (MT), na Amazônia; no Nordeste, as cidades de Itabaiana (BA), Imperatriz (MA), AP de Juazeiro do Norte (CE), Barreiras (BA) e Feira de Santana (BA); e, no Centro-Sul, Anápolis (GO), Pelotas (PR), AP de Ponta Grossa (PR), AP de Presidente Prudente (SP), e outras.

Na avaliação conjunta dos indicadores, considerando o padrão espacial da área urbanizada (ocupação fora do perímetro urbano e percentual de domicílios em aglomerado subnormais), infraestrutura operacional e eficácia do planejamento urbano, e condições urbanas (habitação e saneamento), observou-se o seguinte:

> a) no *padrão espacial*, todas as cidades apresentaram aglomerados subnormais, à exceção de Franca, Presidente Prudente e Três Lagoas (MS) no Centro-Sul, e Juazeiro e Itabaiana (SE) no Nordeste. Ademais, o indicador percentual de aumento dos aglomerados subnormais (2010-2019) revelou grande número de cidades onde não havia registro de aglomerados subnormais em 2010, mas que em 2019 passavam a ter. Tal situação, juntamente com a necessidade de capacitação técnica, deficiência da informatização e falta de infraestrutura física e logística no órgão de planejamento urbano municipal, refletiram-se na baixa eficácia do planejamento urbano das cidades médias avaliadas.
>
> b) a dimensão *condições urbanas* revelou baixa avaliação nos indicadores de saneamento nas capitais estaduais. A Amazônia registrou os maiores percentuais de aumento do número de aglomerados subnormais e de domicílios em relação ao número de domicílios no período 2010-2019, entre todas as cidades integrantes dos estudos de caso. Esses percentuais alcançaram, respectivamente: 466,7% e 901% em Boa Vista; 350% e 200% em Tabatinga (AM); 200% e 184,6% em Parintins (AM); 184% e 64 % em Rio Branco; 72,2 % e 129,3% em Santarém (PA) e, 250% e 84% em Macapá, respectivamente. A cidade de Sinop foi a única da Amazônia que não apresentava aglomerados subnormais em 2010, registrando baixo percentual do total de domicílios nessa situação em 2019, apenas 0,4%. O Nordeste é a região onde mais cidades registraram aglomerados subnormais em 2019 que não existiam em 2010, casos de Barreiras (BA), Imperatriz, (MA), AP de Juazeiro do Norte (CE), AP de Petrolina-Juazeiro, Feira de Santana (BA) e Parnaíba (PI). No Centro-Sul, Cachoeiro do Itapemirim (ES) conta com o maior percentual de domicílios em aglomerado subnormais em relação ao número total de domicílios dentre os estudos de caso (32%).
>
> c) em relação ao *saneamento básico*, capitais estaduais da Amazônia apresentaram percentuais muito baixos de atendimento de esgoto, como Porto Velho (5,29%), Macapá (11,39%) e Rio Branco (23,1%), além de outros

centros regionais importantes, como Santarém (5,7%). No Nordeste, são registrados baixos percentuais nos municípios de Queimadas, integrante do AP de Campina Grande (2,9%), Arapiraca (2,2%) e Barbalha, integrante do AP de Juazeiro do Norte (13,1%).

d) na *infraestrutura operacional e eficácia do planejamento urbano*, no seu conjunto, das seis cidades selecionadas da Amazônia, Boa Vista e Sinop apresentaram baixa eficácia, tendo as outras quatro – Porto Velho, Palmas, Rio Branco e Santarém (PA) – avaliação regular. Entre as doze cidades médias do Nordeste, Campina Grande e Arapiraca apresentaram a melhor avaliação. Crato (CE), Petrolina (PE), Caruaru (PE) e Barreiras (BA) situaram-se em condição regular, e Imperatriz (MA), Juazeiro do Norte (CE), Juazeiro (BA), Feira de Santana (BA), Mossoró (RN) e Itabaiana (SE) apresentaram baixa eficácia.

Considerações finais

Diante desses resultados, observa-se que as cidades médias continuam aumentando a sua importância econômica e demográfica na rede urbana do Brasil.

O estudo revelou o dinamismo econômico e demográfico das cidades médias do Brasil, à semelhança do que se constatou em estudo anterior (MOTTA; DA MATTA, 2010), em que se analisou o desempenho dessas cidades no período 2000-2007. Na referida pesquisa, as cidades médias já se destacavam pela atividade industrial e especialização, revelando sua importância regional e local na concentração da base logística das frentes de expansão industrial, agropecuária e mineral, notadamente nos estados do Pará e Mato Grosso. Naquele período, essas cidades cresciam em ritmo mais elevado – mais de 2% ao ano (a.a.) – do que as cidades com população superior a 500 mil habitantes (1,43% a.a.) e as cidades menores que 100 mil habitantes (1,15% a.a.).

Conforme o censo de 2022, as cidades médias cresceram mais do que as áreas metropolitanas. A taxa de crescimento anual da população no período 2010-2022 do país foi de 0,52%, e as cinco concentrações urbanas que apresentaram as maiores taxas de crescimento geométrico são cidades médias: Sinop (4,69%), Parauapebas (4,68%), AP Itajaí-Balneário Camboriú (3,2%), Boa Vista (3,17%) e AP de Chapecó (2,82%).

Diante dos resultados obtidos pelo projeto IPEA *Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil*, avalia-se que estes podem contribuir para subsidiar estratégias de políticas públicas e promoção de investimentos na infraestrutura, nas atividades econômicas e sociais, e no desenvolvimento institucional: apoiar a redução do "custo Brasil", e aumentar a produtividade e a competitividade em cidades médias com importância estratégica na rede urbana; e, orientar o aperfeiçoamento do ambiente regulador, a melhoria da gestão urbana, visando, especialmente, favorecer aos investimentos públicos e privados nas cidades.

Nesse entendimento, as cidades médias apresentam grandes desafios: necessitam enfrentar déficits de saneamento (especialmente de esgotamento sanitário nas cidades da Amazônia e Nordeste) e o aumento de assentamentos precários (evidenciados no período 2010-2019) em cidades integrantes dos estudos de caso.

As cidades médias com maiores condições operacionais e técnicas do ponto de vista institucional (instrumentos de planejamento e gestão urbana) foram aquelas que revelaram melhores indicadores na avaliação do padrão de urbanização e condições urbanas – notadamente habitação e saneamento. Áreas urbanizadas fora do perímetro urbano, percentual elevado de favelização, e expansão urbana excessivamente fragmentada ocorreram, justamente, nas cidades médias com fracas estruturas operacionais e institucionais, as quais carecem de aperfeiçoamento na abordagem de planejamento urbano e fortes investimentos em estruturas operacionais e capacitação institucional.

Assim, as instituições municipais devem ser fortalecidas mediante a modernização da gestão para o planejamento urbano, e com a melhoria das conexões aéreas e rodoviárias em cidades da sua área de influência e com cidades maiores, favorecendo o desenvolvimento econômico e social. Também é igualmente necessário gerir o crescimento urbano: promover o planejamento urbano, acomodar os movimentos migratórios, melhorar as condições urbanas e a regularização fundiária, visando o fortalecimento das cidades médias e a promoção da equidade social.

Por fim, ressalta-se a importância da metodologia desenvolvida no âmbito do projeto para o estudo das cidades médias – contemplando a identificação, caracterização territorial, e análise da centralidade urbana, competitividade territorial e a governança urbana – a qual pode subsidiar o desenvolvimento de novas investigações (em diferentes escalas e recortes territoriais) que contribuam para o conhecimento da urbanização e da rede urbana do Brasil.

Bibliografia

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Decreto nº 11.962 de 22 de março de 2024*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, Presidência da República, 2024.

CORRÊA, Roberto L. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GEIGER, Pedro P. Organização regional do Brasil. *Revista Geográfica*, Rio de Janeiro, t. 33, n. 61. p. 25-57, 1964.

GSDRC APPLIED KNOWLEDGE SERVICES. *Urban governance topic guide*. Birmingham: University of Birmingham, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de Influência das Cidades*: 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. ***A**rranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades*: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MOTTA, Diana M.; DA MATA, Daniel. Crescimento das cidades médias. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, Brasília, n. 1, p. 33-43, 2008.

MOTTA, Diana M.; DA MATA, Daniel. Dinamismo das cidades médias do Brasil. In: IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Estrutura produtiva avançada e regionalmente integrada*: diagnóstico e políticas de redução das desigualdades regionais. Brasília: IPEA, 2010, p. 99-124.

MOTTA, Diana M.; EGLER, Claudio. Rede urbana e cidades médias do Brasil. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, Brasília, nº 30, p. 171-179, 2024.

MOTTA, Diana M.; EGLER, Claudio A. G.; RIBEIRO, Marcio B; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando L.; NASCIMENTO, Ederson; ARRUDA, Rodrigo A.; SACCARO JÚNIOR, Nilo L.; PÊGO, Bolívar. *Projeto Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil*: referencial conceitual e metodológico. Brasília: IPEA, 2022a. Relatório de pesquisa. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11006>. Acesso em: 30 jul. 2023.

MOTTA, Diana M.; EGLER, Claudio A. G.; RIBEIRO, Marcio B; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando L.; NASCIMENTO, Ederson; ARRUDA, Rodrigo A.; SACCARO JÚNIOR, Nilo L.; PÊGO, Bolívar. *Projeto Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil*: sistema urbano, centralidade e competitividade das cidades médias. Brasília: IPEA, 2022b. Relatório de pesquisa. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11527>. Acesso em: 30 jul. 2023.

MOTTA, Diana M.; EGLER, Claudio A. G.; RIBEIRO, Marcio B; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando L.; NASCIMENTO, Ederson; ARRUDA, Rodrigo A.; SACCARO JÚNIOR, Nilo L.; PÊGO, Bolívar. *Projeto Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil*: governança das cidades médias: condições urbanas, base econômica e planejamento territorial. Brasília: IPEA, 2024. Relatório de pesquisa. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/16350>. Acesso em: 18 dez. 2024.

NASCIMENTO, Ederson; MOTTA, Diana M.; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando L. Cartografia do sistema urbano das cidades médias brasileiras. *Geosul*, Florianópolis, v. 38, n. 87, p. 233-271, mai./ago. 2023.

OECD – ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Redefining "urban"*: a new way to measure metropolitan areas. Paris: OECD, 2012.

SILVEIRA, María L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Território*, Rio de Janeiro, n. 9, v. 6, p. 21-28, 1999.

SPOSITO, Maria E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). *Urbanização e cidades*: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: Unesp, FCT, 2001. p. 609-643.

STEINBERGER, Marilia; BRUNA, Gilda C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo V. (Eds.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 35-77.

Centrality, competitiveness and governance of medium-sized cities in Brazil

This study presents key findings from the research project "Competitiveness and Governance of Medium-Sized Cities in Brazil", developed by the Institute for Applied Economic Research (IPEA). The project aims to provide a reference framework to support public policies, focusing on urban productivity, competitiveness, and governance improvements for sustainable urban and regional development. A total of 230 medium-sized cities were identified across three macro-regions: Amazon, Northeast, and Central-South, with distinct regional dynamics in urbanization, economic, and demographic trends. Based on integrated analyses of centrality and competitiveness, 70 cities were selected as strategic for policy guidance. These cities demonstrate their role as regional hubs in connecting urban and regional spaces, supported by key indicators such as urban infrastructure, economic potential, and governance capacity. The study also evaluates urban governance through 32 case studies, emphasizing the spatial expansion of urbanized areas, planning efficacy, municipal finances, and community participation. The findings highlight the economic and demographic dynamism of medium-sized cities as critical components of Brazil's urban network and their potential to foster decentralization and regional equity.

KEYWORDS: medium-sized cities, urban governance, competitiveness, urban planning, regional development.

Centralidad competitividad y gobernancia de las ciudades intermedias en Brasil

Este estudio presenta los principales hallazgos del proyecto de investigación "Competitividad y Gobernanza de las Ciudades Intermedias en Brasil", desarrollado por el Instituto de Investigación Económica Aplicada (IPEA). El objetivo del proyecto es ofrecer un marco de referencia para apoyar políticas públicas enfocadas en la productividad, competitividad y gobernanza urbana, promoviendo un desarrollo urbano y regional sostenible. Se identificaron 230 ciudades intermedias distribuidas en tres macrorregiones: Amazonía, Nordeste y Centro-Sur, analizando las dinámicas urbanas, económicas y demográficas de cada una. A partir de un análisis integrado de centralidad y competitividad, se seleccionaron 70 ciudades estratégicas para orientar políticas públicas. Estas ciudades destacan como polos regionales que conectan espacios urbanos y regionales, basándose en indicadores clave como infraestructura urbana, potencial económico y capacidad de gobernanza. El estudio también evalúa la gobernanza urbana a través de 32 estudios de caso, enfocándose en la expansión de áreas urbanizadas, eficacia en la planificación, finanzas municipales y participación comunitaria. Los resultados subrayan el dinamismo económico y demográfico de las ciudades intermedias, destacando su importancia como componentes clave de la red urbana brasileña y su potencial para fomentar la descentralización y la equidad regional.

PALABRAS CLAVE: ciudades intermedias, gobernanza urbana, competitividad, planificación urbana, desarrollo regional.

Artigo recebido em novembro de 2024. Aprovado em dezembro de 2024.